ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022

- - Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos, pelas vinte horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos.----------
- - Presentes no início da reunião a Presidente da Assembleia Municipal, **Catarina Gertrudes Pulguinhas Gaspar**, o Primeiro Secretário, Jorge Paulo Carvalho Cunha, e a Segunda Secretária, Sónia Cristina Ramalho Camilo----------
Presenças: ----------
Deputados Municipais ----------
- - José Augusto Ferreira Almeida----------
- - Paulo Miguel Santos Moniz----------
- - Firmo Carpinteiro Ferreira ----------
- - Emília Maria Vale Rucha ----------
- - Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva ----------
- - Pedro Guilherme Nunes Fernandes ----------
- - Edi Manuel Lemos Gama ----------
- - Luís Jorge Ferreira Peixoto (em substituição de Carla Maria Lopes Pantaleão do Norte) ----------
- - Sara Vanessa Carvalheira Ferreira Gligó ----------
- - Bernardo Narciso Anágua----------
- - Rui Miguel Tomé Moreira ----------
- - Maria do Carmo Machado Francisco----------
- - Maria João Sequeira (por renuncia de António Maria Ribeiro Corrêa Esteves da Fonseca) ----------
- - Bernardo Dinis Narciso----------
- - Ricardo Jorge Vicente Talixa----------
- - Quirino Manuel Perguiça Dionísio----------
- - António Joaquim Henriques Reis ----------
- - Pedro Miguel Paulino Mateus – Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó --------
- - Fábio Miguel Romão Morgado – Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos ----------
- - Hélio António Zacarias Vicente – Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos ----------
- - Fábio Alexandre Santos Amorim – Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas ----
Representantes da Câmara Municipal: ----------

- - O Presidente - André Filipe dos Santos Matos Rijo ----------
- - A Vice-Presidente - Carlos Manuel Jorge Alves----------
- - A Vereadora - Sandra Lourenço----------
- - A Vereadora - Rute Miriam Soares dos Santos ----------
- - O Vereador - Paulo César da Silva Pinto ----------
- - A Vereadora - Carla Teresa Munhoz Pinheiro ----------
- - O Vereador - João Pedro Marquis Garcia Rodrigues----------
- - A sessão foi secretariada pela Assistente Técnica Ana Isabel Amorim Mendes--------

Faltas: ----------

- - Foi apresentada a justificação de falta por parte da Deputada Raquel Núncio Fragoso Rodrigues de Carvalho, por motivos de saúde----------

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL---

- - Cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa toda a mesa do executivo, os colegas Deputados Municipais, os Chefes de Divisão presentes bem como os restantes colaboradores do Município e o publico a assistir à reunião.----------

Pedido de renuncia do Senhor Deputado António Fonseca, que representava o Chega ----------

- - Referiu que o Deputado tinha enviado um e-mail, a solicitar a renuncia do seu mandato, tendo sido convocado o segundo elemento da força política do Chega. ---------

- - De seguida solicitou aos Senhores Deputados, autorização para dar posse à nova representante do Chega, a Senhora Maria João Sequeira, para poder participar nos trabalhos e integrar a Assembleia Municipal.----------

- - Uma vez que essa autorização foi dada, de seguida a Senhora Presidente deu posse à Senhora Deputada Maria João Sequeira. ----------

Mês Irene Lisboa----------

- - Recordou que hoje é o último dia do mês Irene Lisboa que tem estado a decorrer, e de uma forma particular agradeceu ao executivo a forma como foi celebrada a autora maior do concelho e desejou que se continue a celebrar Irene Lisboa todos os dias. ------

---------- **Ordem do Dia** ----------

PONTO N.º 1 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

- - Presente a ata da Assembleia Municipal de 20 de setembro, para eventual aprovação.

- - Foi deliberado, por maioria, aprovar a referida ata, com quatro votos de abstenção dos Deputados Ricardo Talixa, António Reis, Sara Gligó e Maria João Sequeira, por não terem estado presentes na referida reunião. ----------

PONTO N.º 2 - RELATÓRIO DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL ----------

- - Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e situação financeira, nos termos da alínea c) do n.º2 do art.º 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. ----------

- - Não houve intervenções. ----------

PONTO N.º 3 - INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DOCUMENTOS DE GESTÃO RELATIVOS AO 1.º SEMESTRE DE 2022 ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 14 novembro ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Referiu que iria fazer um resumo daquilo que são as principais conclusões do relatório que está auditado pelo Revisor Oficial de Contas. Como é um documento eminentemente técnico remete para a leitura mais atenta do relatório as suas considerações. No entanto, não deixa de enaltecer também o esforço dos serviços municipais, nomeadamente a Divisão Financeira e de Recursos Humanos pela produção do documento e pelo seu resultado. ----------

- - Relativamente às questões mais concretas dos números, referiu que a execução orçamental no final do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, no que diz respeito à receita pode-se dizer que ela tem uma execução de cinquenta vírgula noventa e cinco por cento, o que significa que se se verificar no segundo semestre o mesmo grau de execução da receita, vai haver uma execução de mais de cem por cento da receita prevista no orçamento, o que seria extraordinário, não tem ainda dados intercalares neste momento para afirmar que essa meta não se vai atingir, mas crê que do ponto de vista da receita andará de acordo com aquilo que é a base prevista no orçamento sem grande variação. ----------

- - No que diz respeito à despesa, verificou-se uma execução de quarenta e nove vírgula sete por cento, e se se extrapolar para os doze meses do ano, haverá uma execução na casa dos noventa e oito por cento, o que significa que a execução quer da receita quer da despesa está alinhada com a previsão orçamental sem grandes desvios. ----------

- - Quanto à análise dos rendimentos e gastos, quando comparado com o mesmo período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um aumento dos rendimentos na casa dos trezentos e noventa e cinco mil euros, ou seja, mais seis vírgula cinquenta e um por cento. ----------

- - Os impostos já denotam, neste primeiro semestre, um decréscimo de setenta e cinco mil euros, quando comparado com igual período homólogo. ----------

- - Há um crescimento dos gastos na ordem dos duzentos e cinco mil euros no primeiro semestre, com especial relevo para o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas que aumentaram trezentos e noventa e oito mil euros. O impacto destes

aumentos de custos, só não é mais sentido, porque houve uma redução nos fornecimentos de serviços externos na ordem dos duzentos e dezoito mil euros. ---------
- - Também há a registar um aumento com os custos com os recursos humanos no valor de noventa e cinco mil euros, mas que estava alinhado com aquilo que era a atualização remuneratória prevista. ----------
- - No que diz respeito à despesa e aos gastos, há algum impacto da inflação que tem sido uma realidade, e no segundo semestre, diria que é inevitável que este impacto se faça sentir ainda com maior monta na medida que se tem acompanhado aquilo que é o evoluir da inflação, sobretudo nos últimos meses que já está acima dos dois dígitos, algo que não se verificava há trinta anos.----------
- -Em termos de resultado líquido do exercício deste primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, ainda que seja intercalado, está-se a falar de um resultado negativo de cento e trinta e nove mil, trezentos e setenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos, que face ao período homólogo, existiu, apesar de tudo, uma melhoria no resultado líquido do exercício de cento e noventa mil euros. ----------
- - No que diz respeito ao passivo, face a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, apesar de se assistir a um ligeiro aumento na casa dos trezentos e cinquenta mil euros ao nível do ativo também se verificou um acréscimo de quatrocentos e cinquenta mil euros denotando uma situação líquida que até acaba por ser mais favorável por força do ativo. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO PAULO MONIZ----------
- - Referiu que numa das notas que vem na auditoria é uma recomendação sobre a necessidade de um sistema de inventariação de ativos. Pensa que é algo importante para se poder fazer uma correta gestão da autarquia e, além do mais, nota-se que é uma recomendação repetida. ----------
- - Gostaria de saber se o executivo considera essa recomendação relevante, ou não, e se considera relevante, se existe algum plano de implementação. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------
- - Referiu que a questão é pertinente, o executivo tem equacionado essa questão, assim como aquilo que é a introdução da contabilidade de custos ou contabilidade analítica que também está a ser implementada, ou seja, já se adquiriu o software para esse efeito, mas tem havido a dificuldade na gestão dos recursos humanos em conseguir-se alocar um recurso específico para essa matéria, estando-se a tentar envolver o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, através Doutor Nuno Libânio. ----------
- - É uma matéria que se está a trabalhar, não consegue garantir que se consiga executá-la a curto prazo, mas sem dúvida que é algo que o executivo pretende melhorar sempre, porque até para informação interna será a forma de melhorar os rácios na gestão e

aquilo que são decisões que devem ser tomadas com base em racionais daquilo que se consegue medir, porque o que não se consegue medir também não se consegue depois decidir bem em conformidade e, naturalmente que é uma falta que existe e que se tem que procurar melhorar, apesar de que hoje em dia o sistema informático já dar uma resposta bem melhor, mas ainda não é perfeita, ainda não é aquilo que se quer e o revisor, e bem, dá nota disso. É algo que tem que ser melhorado. ----------

Deliberação----------

- - Foi deliberado, por maioria, com seis abstenções da bancada do PSD e da bancada do Chega, aprovar a informação do auditor externo e documentos de gestão relativos ao 1.º semestre de 2022. ----------

PONTO N.º 4 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2023 ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 31 outubro ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Agradeceu o contributo que foi dado pelos colegas do executivo, por a todos os partidos políticos que foram ouvidos e que participaram naquilo que foi o processo de elaboração desta proposta de Orçamento e GOP dois mil e vinte e três, aos Senhores Presidentes de junta e às Juntas de Freguesia e, de alguma forma, a todos os serviços técnicos do município. ----------

- - Referiu que não ia fazer uma apresentação muito extensa do documento, porque até houve o cuidado de sugerir a partilha do documento com os Deputados logo após a aprovação na reunião de câmara que ocorreu no dia trinta e um de outubro, pensa que o documento foi distribuído logo no início do mês de novembro, por isso os Deputados tiveram, com certeza, oportunidade de fazer uma análise muito exaustiva do mesmo, mas de alguma forma, gostaria de dar uma perspetiva daquilo que são os pontos que entende que são mais fortes neste orçamento e daquilo que é o destaque que entendeu que deve ser dado.----------

- - É um orçamento que tem como premissa quatro objetivos fundamentais: cuidar, recuperar, valorizar e desenvolver. ----------

- - É também uma ponte entre aquilo que é o passado bem vincado no projeto mobilizador com é a variante rodoviária à vila de Arruda que já está em pleno andamento no terreno, mas também com o presente pela resposta muito forte que este orçamento apresenta no apoio às famílias, empresas e instituições de forma a combater a inflação, e também uma aposta e uma ponte no futuro com projetos mobilizadores como é o caso do ArrudaLab e também da Aldeia Sustentável que o executivo pretende implementar em A-dos-Arcos e que está em curso. ----------

- - É um orçamento que alia um forte investimento público e apoio social; alia também ao pacote fiscal mais amigo de sempre das famílias e empresas do concelho, alinhado

com aquilo que já se verificou, com a proposta de pacote fiscal para dois mil e vinte e dois e ainda com a questão do pacote de incentivos no Regulamento dos Incentivos Fiscais no Concelho, que é um ponto consta da ordem de trabalhos desta Assembleia e que consagra incentivos muito importantes na área da promoção da habitação acessível para o concelho. ----------

- - É um rumo que está definido no Documento Estratégico "Arruda 2025" e com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. ----------

- - Com base nesses tópicos irá destacar treze projetos, que poderiam ser muitos mais: - - Aumento do parque de habitação pública; acompanhamento à execução da variante à Vila de Arruda com a disponibilização de terrenos e apoio à empreitada de construção; conclusão da empreitada de requalificação do antigo edifício dos Paços do Concelho e adaptação ao projeto ArrudaLab como Centro de Inovação Agro-Industrial e Investimento na respetiva materialização de conteúdos e equipas de trabalho; melhoria da rede de saneamento básico concluindo em dois mil e vinte e três toda a bacia do Carrasqueiro e promovendo os necessários projetos para a zona antiga da Vila, sede de Concelho (de modo a delinear uma estratégia de intervenção planeada no futuro), e a priorização para dois mil e vinte e quatro na Carvalha e em dois mil e vinte e cinco em A-do-Mourão; implementação do Plano Municipal de Adaptação às alterações Climáticas (e da Aldeia Sustentável em A-dos-Arcos); implementação de um projeto da Biblioteca/cultura itinerante; substituição do piso sintético do campo de jogos municipal e alargamento de zonas sintéticas adjacentes para a prática desportiva e em recreios das escolas; promoção de melhorias no desempenho energético de edifícios do Centro Cultural do Morgado; continuidade do programa de instalação de DAE - Desfibrilhador Automático Externo nas freguesias; no âmbito da descentralização de competências na área da saúde a realização de obras para melhoria do atendimento na USF - Lusitano que está em fase de candidatura para uma USF modelo B; lançamento de concurso à iniciativa privada para conceção do projeto e execução de lar (ERPI) na zona do antigo campo de futebol do Ajudense; início do processo de execução da rotunda dos Três Portões com ligação à Estrada da Costa e realização de passeios na Estrada das Corredouras até à zona industrial; o lançamento de concurso de ideias para o projeto de requalificação do Pavilhão Multiusos. ----------

- - São ainda objetivos dos Documentos Previsionais para dois mil e vinte e três continuar com a melhoria dos níveis de resposta às necessidades básicas da população; à continuidade da intervenção ao nível da ação social e saúde; continuidade de esforços na contenção e racionalização de recursos, designadamente, pela mobilização administrativa e aproximação do município ao cidadão, pensa que os Deputados já receberam também uma convocatória para participar no "Arruda Talk" sobre a questão

da Modernização Administrativa e o lançamento do programa "No Paper" naquilo que é a tramitação dos processos de obras particulares e urbanismo; a razoabilidade dos níveis de endividamento municipal, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, designadamente pela inexistência de pagamentos em atraso bem como a necessidade de reforço de saldos de fundos disponíveis; continuar a pautar pelo rigor e consolidação orçamental, tendo por meta um grau de execução superior a oitenta e cinco por cento. --

- - Em relação às componentes do orçamento, no que diz respeito à receita corrente há previsão de treze milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e um euros de obtenção de receita, no que diz respeito à despesa há a previsão de doze milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e quatro euros, o que significa que ao abrigo do princípio do equilíbrio orçamental, existe a capacidade de alocar excedente de receita corrente para afetar a despesa de investimento ou de capital. ----------

- - No que diz respeito à receita de capital, há a previsão de um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove euros, e do lado da despesa há a previsão de dois milhões trezentos e quinze mil, novecentos e cinquenta e um euros. Na componente não efetiva do lado da receita a previsão é residual e do lado da despesa há a previsão de seiscentos e vinte mil euros. ----------

- - Somando esses valores têm-se, em termos de macro números, um orçamento com catorze milhões, novecentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e cinco euros e do lado da receita e da despesa com saldo nulo como é de acordo com as práticas legais de produção do orçamento. ----------

- - Em resumo, há um aumento da receita corrente de onze por cento, e encontra-se justificação para esse aumento de acordo com as seguintes subalíneas: Aumento da cobrança de impostos e taxas; o aumento das transferências correntes do Orçamento de Estado e de transferência de Competências com o processo de descentralização de competências e o fundo para a descentralização de competências; o aumento das vendas de bens e serviços. ----------

- - A redução da receita de capital em vinte e sete vírgula seis por cento e da receita não efetiva de cem por cento, e isso deve-se sobretudo aos seguintes fatores: A redução das transferências de capital previstas no Orçamento de Estado, ou seja, aumento da transferência corrente, mas não é acompanhado com um aumento da transferência capital, antes pelo contrário; há uma redução da previsão dos montantes de cofinanciamento, nomeadamente do IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação urbana, nomeadamente o "Primeiro Direito" já utilizado e do FEDER - fundos comunitários; o empréstimo de médio-longo prazo contratado em dois mil e vinte (ao abrigo do "Primeiro Direito") que a sua utilização já está esgotada. ----------

- - Em termos de aumento da despesa corrente de seis vírgula seis por cento é devido ao seguinte: aumento das despesas com pessoal devido ao aumento da base remuneratória dos subsídios de penosidade / salubridade; um acréscimo das despesas com a aquisição de bens e serviços (combustíveis, eletricidade, limpezas, ETC), o acréscimo com as transferências acima do valor estimado da inflação, como por exemplo com o aumento das transferências para as juntas de freguesia em mais cinco por cento, aumento das transferências para as famílias, nomeadamente com o reforço do PALA - Programa de Apoio Local ao Arrendamento com mais sessenta e sete por cento, o Fundo de Emergência Social com mais vinte e cinco por cento, Arrudaajudamais com mais vinte e cinco por cento, as Bolsas de Estudo com mais cem por cento e o PELEG - Programa de Entrega de Livros de Exercícios Gratuitos em cem por cento, o aumento das transferências para instituições, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos em seis vírgula vinte e cinco por cento e no âmbito do apoio ao associativismo e da carta desportiva mais oito porcento, destacou ainda uma proposta para atribuição do subsídio de dez mil euros ao Centro Social de S. Tiago dos Velhos para poderem fazer face a um projeto que está cofinanciado e que está para avançar que é o programa PARES. ----------

- - Em termos da redução da despesa de capital de dezanove vírgula dois por cento deve-se aos seguintes fatores: ao abrandamento em matéria de investimento, decorrente da ausência de enquadramento em sede de financiamentos comunitários ou contratos-programa; pela opção de não socorrer a financiamento bancário, pelo menos no primeiro semestre de dois mil e vinte e três. ----------

- - Em relação à redução da despesa não efetiva de dois vírgula oito por cento é referente às amortizações de capital de empréstimo. ----------

- - Fazendo uma análise comparativa com o orçamento de dois mil e vinte e dois pode-se constatar que nas receitas correntes e nos impostos diretos têm uma previsão de aumento de dois vírgula cinco por cento, nos impostos indiretos não há oscilação, nas taxas, multas e outras penalidades uma previsão de aumento de três por cento, nos rendimentos de propriedade um decréscimo de doze vírgula sete por cento, nas transferências correntes a previsão de mais quinze por cento, na venda de bens e serviços correntes um aumento de vinte e três vírgula sete por cento e nas outras receitas correntes há um decréscimo previsível de noventa e oito vírgula oito por cento. ---------

- - No que diz respeito às receitas de capital, a venda de bens de investimento zero por cento, nas transferências de capital há um decréscimo de vinte e sete vírgula seis por cento e nas outras receitas de capital não há assim grandes oscilações a destacar.---------

- - Em termos de receitas não efetivas há praticamente uma redução total desta previsão de receita e, por isso no total das receitas existe um aumento de um vírgula dois por cento em relação ao orçamento dois mil e vinte e dois. ----------

- - No diz respeito à análise comparativa da despesa, relativamente ao orçamento de dois mil e vinte e dois, nas despesas correntes há um aumento com pessoal de dois vírgula três por cento, com a aquisição de bens e serviços mais nove por cento, juros e outros encargos trinta e cinco vírgula cinco por cento, transferências correntes com mais doze por cento, subsídios não tem impacto e outras despesas correntes um aumento previsível de trinta e seis vírgula dois por cento. ----------

- - No total das despesas correntes há a destacar um aumento de quase setecentos e cinquenta mil euros previsível ou seis vírgula seis por cento. ----------

- - No que diz respeito às despesas de capital há a aquisição de bens de capital de menos vinte e dois vírgula oito por cento, nas transferências de capital um aumento previsível de quarenta e sete vírgula nove por cento e nas outras despesas de capital não há grande impacto. Assim, no total das despesas de capital há uma previsão de menos dezanove vírgula dois por cento. ----------

- - No que diz respeito às despesas não efetivas há uma redução significativa, embora não absoluta, mas percentualmente significativa, nos passivos financeiros há uma redução de um vírgula nove porcento e no total das despesas não efetivas há a registar então menos dois vírgula oito por cento que dá no total da despesa de cerca de um vírgula dois por cento a mais que é o que está previsto também como sendo o aumento da receita.----------

- - Em termos de evolução anual do orçamento pode-se verificar que este orçamento está alinhado com o do ano anterior, ainda está longe de outros ciclos de orçamentos como os de dois mil e sete, dois mil e nove e por aí fora. ----------

- - Em termos de comparação face a dois mil e dois o orçamento representa um aumento da receita corrente de um vírgula três milhões de euros e uma redução das receitas de capital e não efetivas de um vírgula um milhões de euros, o que dá um ajustamento do nível da despesa de um virgula dois por cento ou cento.----------

- - Este é o orçamento que o executivo propõe para dois mil e vinte e três, obviamente que não é nenhuma bíblia sagrada nem nenhuma fatalidade, portanto, é um orçamento dinâmico, adaptável à realidade, consciente com o cenário macroeconómico que se prevê pela frente e alia responsabilidade e investimento nas pessoas, esse é o Alfa e o Ómega da atuação deste executivo, ou seja, estar sempre ao serviço das pessoas e este é mais um instrumento para esse desiderato.----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO RUI MOREIRA----------

- - Referiu que este é mais um orçamento com a marca do PS de Arruda dos Vinhos, é um orçamento realista sem empolamentos da despesa e da receita, sólido e prudente face ao contexto de incerteza e dificuldade económica que se está a iniciar e estabelece compromissos concretos e exequíveis que podem ser identificados por todos e é responsável e sustentável para o desenvolvimento de todo o Concelho. ----------
- - É um orçamento que respeita os compromissos eleitorais que o PS apresentou em dois mil e vinte e um e que respeita também os documentos de estratégia da Câmara Municipal como o "Arruda 2025" e também o Plano Municipal de Adaptação às Alterações climáticas. ----------
- - É um orçamento que apoia os mais desfavorecidos, mantendo e reforçando políticas sociais e, ao mesmo tempo, com reforço das medidas fiscais para que os arrudenses sejam cada vez menos onerados.----------
- - É um orçamento que, em tempos de incerteza, reforça os meios das juntas de freguesia para se fazer um trabalho de maior proximidade com o aumento dos fundos dos programas de coesão social da nossa terra e que não se esquece também de aumentar os apoios às coletividades para que continuem o seu inestimável trabalho junto das populações. ----------
- - Nestes tempos difíceis, importa apoiar quem precisa sem nunca esquecer o que tem que ser feito não tocando, para as gerações vindouras a capacidade de a Câmara Municipal fazer o seu trabalho e melhorar cada vez mais a qualidade de vida no concelho. Desde dois mil e treze, a marca do PS em Arruda dos Vinhos tem sido respeitar compromissos assumidos, não endividar o município, melhorar as respostas às necessidades da população, modernizar os serviços da Câmara Municipal e prestar melhores serviços aos cidadãos, melhor educação, melhor saúde, melhor saneamento e acesso à água para todos. ----------
- - Isto tudo nunca esquecendo o ponto de partida e tendo a coragem de nunca se resignar querendo que todos os dias se faça mais e melhor e, "àqueles que dizem que fazemos pouco, respondemos que fazemos mais do que antes se fazia e aqueles que dizem que fazemos mal, respondemos com obra feita e com falta de propostas alternativas, porque quando as obras surgem dizem que é para fins eleitorais, mas se não fazemos mais, somos pouco ambiciosos." É a crítica sem a correspondente alternativa. -
- - A falta de ambição, não é um objetivo que define o PS, bem pelo contrário e para quem duvidava, conseguiu-se resolver problemas com muitos anos e que ainda ninguém tinha conseguido resolver. ----------
- - Ambição é delinear um plano, seguir um rumo e segui-lo, adaptando-o face às incertezas que podem surgir, mas nunca abdicando de avançar. ----------

- - "Quem viu e quem vê o Bairro João de Deus. Que autarcas, somos nós quando deixámos os nossos concidadãos viver naquelas condições. Ele está aí e que bonito está. Mais e melhor habitação, porque não pode haver arrudenses de primeira e arrudenses de segunda." ----------

- - A variante, que se falava há tantos anos, já tem trabalhos a correr numa evolução a olhos vistos, o saneamento básico está a crescer por todo o concelho, em dois mil e vinte e três no Carrasqueiro, em dois mil e vinte e quatro na Carvalha e dois mil e vinte e cinco em A-do-Mourão. "É pouco? Dever-se-ia fazer mais depressa? Já fizemos tanto sobre algo que já devia estar feito há muito tempo, mas enquanto houver estrada para andar, nós vamos continuar rumo a um futuro melhor que o passado nos deixou, e isso implica a recuperação dos antigos Paços do Concelho num projeto que juntou o rural e o moderno, o respeito pela natureza e inovação." ----------

- - Não perceber o que é o ArrudaLab e não perceber o que ele pode oferecer aos arrudenses e ao desenvolvimento do concelho, é não perceber os desafios de sustentabilidade que a humanidade apresenta. É pena que alguns eleitos municipais e locais, com honrosas exceções, não se querem envolver nisso só porque o projeto não é do partido deles, mas não faz mal, o PS estará sempre de portas abertas à espera de contributos e de alternativas, porque quando Arruda vence vencemos todos. ----------

- - "Senhor Presidente, permita-me dizer-lhe, em nome do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, que apoiamos esta visão e este orçamento e continuamos orgulhosos do nosso compromisso que foi apresentado a sufrágio aos cidadãos de Arruda e que foi fortemente confirmado por eles. Estamos a fazer um bom trabalho em Arruda? Com certeza. " ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BERNARDO NARCISO ----------

- - O Senhor Deputado, solicitou à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para fazer uma referência extra ponto, só para lembrar o mês Irene Lisboa, porque é uma escritora da Terra e que merece ser referenciada. ----------

- - Em relação ao ponto, crê que é relevante saudar os técnicos na pessoa do Dr. Bruno Anágua, porque mais uma vez, tem a diligência de fazer um trabalho que é muito complicado, porque se está a falar de um documento que é extenso e isso implica toda a perícia técnica.----------

- - Não pôde deixar de ouvir a última intervenção porque não tinha outra alternativa e o Senhor Presidente da Câmara também já fez o favor de corrigir dizendo que efetivamente os partidos foram ouvidos, foram apresentadas propostas e essas propostas significam uma alternativa. É importante reforçar e relembrar também que no passado existiram outras forças políticas que governaram e, se há muito feito nesta terra,

também se pode agradecer às forças políticas que governaram e a todos os autarcas que por aqui passaram. É importante que que essa nota não fique esquecida. ----------
- - Relativamente ao orçamento em concreto, percebe aquilo que o Senhor Presidente da Câmara diz que o orçamento quer fazer uma ponte entre o passado, o presente e o futuro. Diria que são vetores relevantes, mas há questões que têm que ser colocados, por exemplo, onde é que fica o passado quando o Centro Histórico da Vila está por requalificar? É preciso ser requalificado é preciso ter uma intervenção séria, essa intervenção foi muitas vezes prometida e tantas vezes foi adiada e continua por ser feito. Onde é que está o presente, enquanto se continua a desperdiçar fontes de investimento que poderiam ser importantes para o concelho. Está a falar, nomeadamente, do Rio Grande da Pipa que continua por requalificar nas diversas áreas adjacentes e que poderia ser um fator de atratividade. ----------
- - Quando se fala no futuro, questionou onde é que está o futuro dos jovens que aqui residem no Concelho, quando se continua sem oferecer uma proposta pensada para os problemas de habitação que, cada vez são maiores. ----------
- - Este orçamento, se pretende unir esses vetores, continua a falhar em muita coisa, o PSD percebe que a lógica nacional não é a melhor, a conjuntura não é a melhor, mas também entende que se poderia ser mais audacioso e, mais uma vez continua-se, nesta matéria, a falhar com os arrudenses. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO PEDRO FERNANDES ----------
- - Respondendo ao colega Deputado Bernardo Narciso no que diz respeito às matérias da juventude e a temática da habitação, parece-lhe caricato estar-se a perguntar onde é que está o futuro dos jovens no que diz respeito à habitação, porque quando se olha para o investimento tão notório por parte da autarquia e por parte do executivo municipal no que diz respeito a estas matérias, estando a falar num investimento e num aumento do parque público de habitação para habitação acessível e ainda no reforço do PALA - Programa de Apoio Local ao Arrendamento que irá ter um aumento de sessenta e sete por cento. ----------
- - Está-se a reforçar estes programas, mas mesmo assim vêm dizer que o PS não está preocupado com a habitação e que não estão preocupados com a habitação jovem, parece-lhe caricato. ----------
- - De acordo com a sua leitura do documento, referiu que houve alguns tópicos que lhe chamaram mais à atenção e que entende que merecem algum esclarecimento, não por necessária diligência da Assembleia, mas por serem temáticas complexas e terem ainda um processo e uma execução complexa, estando a falar, por exemplo do ArrudaLab que é um projeto inovador que vem promover a sustentabilidade, mas é importante perceber

como é que vai promover essa sustentabilidade, como é que se vai alcançar o desenvolvimento local com este projeto. ----------

- - Teve oportunidade de ver as reuniões de câmara onde se falou que em dois mil e vinte e três vai se proceder com a inovação e desenvolvimento em Arruda através do Arrudalab, inclusivamente, no que diz respeito à materialização de conteúdos e equipas de trabalho. ----------

- - Questionou, o Senhor Presidente da Câmara, se o poderia esclarecer sobre esta materialização de conteúdos e equipas trabalho, o que é que irá representar o ArrudaLab e se poderia indicar um horizonte temporal para a realização dos diferentes projetos que incluem o ArrudaLab e a forma como eles vão contribuir para o desenvolvimento local e para sustentabilidade de todas estas temáticas. ----------

- - Relativamente à juventude, referiu que no ano passado tinha defendido, nesta assembleia, que não é por se ter um valor nesta rubrica que se deve olhar para a temática da juventude apenas sobre esse valor, existem algumas sub-rubricas com valores referentes à Juventude, por isso deve-se olhar para a totalidade do orçamento, olhar para as outras rubricas que incluem também a juventude e tentar perceber se efetivamente há, ou não, um investimento nos jovens. E mais uma vez quando se olha para os investimentos feitos na temática da habitação, quando se olha para os investimentos feitos no PELEG - Programa de Entrega de Livros de Exercício Gratuitos, que teve o seu início no ano de dois mil e vinte e dois, orçamentado em dez mil euros e neste orçamento há um reforço para vinte mil euros, consegue-se perceber os vários investimentos na juventude. ----------

- - Quando se tem este este tipo de investimentos nos jovens, referiu mais uma vez, acha caricato virem dizer que não se está a investir na juventude em Arruda. ----------

- - Mencionou que ainda houve um reforço de cem por cento nas verbas para as bolsas de estudo no ensino superior. As bolsas de estudo ajudam muitos jovens em Arruda, há muitos jovens que não poderiam ou não teriam a mesma facilidade no acesso ao ensino superior, se não tivessem a ajuda do município, por isso, volta a referir que estarem a dizer que os jovens arrudenses não têm essa ajuda por parte da autarquia, não lhe parece que seja justo. ----------

- - Sobre o subsídio de deslocação nas academias de Verão, referiu que o executivo municipal teve a disponibilidade para auscultar diferentes partidos e as diferentes juventudes partidárias, auscultou também o Conselho Municipal da Juventude e foi nesse fórum que a Juventude Socialista entregou algumas propostas, uma dessas propostas, falava precisamente nas academias Verão que são essencialmente estágio de verão que ocorrem nos diferentes departamentos orgânicos da Câmara Municipal, e na altura reparou que os estádios em si não tinham ainda a componente do subsídio de

deslocação incluído e, na sua ótica, um estágio que se digne tem que ter pelo menos um subsídio de alimentação e subsídio de deslocação.----------
- - A Juventude Socialista quer que os jovens arrudenses tenham orgulho na sua terra, que contribuam para a sua terra, que Arruda dos Vinhos esteja no CV - Currículo Vitae de um jovem arrudense e que esteja lá com orgulho, que alguém um dia mais tarde vá para uma empresa e diga que esteve a estagiar na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, mas que diga isso com orgulho, que esteve lá bem, que foi bem recebido, teve várias condições e que uma delas o tenha sido o subsídio de deslocação.----------
- - É também com orgulho que vê o município e o executivo municipal estar a trabalhar nesta matéria e que durante o ano de dois mil e vinte e três vão trabalhar esta medida.---
INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BERNARDO ANÁGUA ----------
- -Na linha daquilo que foi dito pelo Deputado Pedro Fernandes, gostaria de congratular o executivo por nunca se esquecer das famílias, mesmo em tempos de incerteza e isso vê-se no aumento de transferências para as famílias através dos programas sociais. ------
- - Referiu que nos últimos meses houve três suicídios no concelho e isso realmente evidência o agravamento da saúde mental, que já era esperado devido à pandemia, à crise, à guerra na Ucrânia e ao desemprego. Este é um cenário que se faz sentir a nível nacional, Arruda não é o único município onde isso acontece e não é culpa de ninguém, são coisas que acontecem. ----------
- - Questionou o que é que o executivo já tem planeado para combater este agravamento da saúde mental e especificamente o que é que existe planeado para cada classe etária, porque cada classe etária terá as suas necessidades. ----------
- - Tem conhecimento que a Universidade das Gerações terá continuidade no ano de dois mil e vinte e três e ainda bem que existe porque é um programa que realmente faz a diferença, que combate o isolamento dos idosos, que permite que eles aprendam coisas que gostem de uma forma estimulante. ----------
- - Considera que é importante garantir uma boa mobilidade para todos os munícipes, mas entende que é ainda mais importante para os alunos. Notou uma diminuição orçamental nesta rubrica e questionou a que é que se deve essa diminuição.----------
- - Referiu que neste orçamento, nota-se que existem boas ideias que podem passar despercebidas, uma delas tem a ver com a restruturação do pavilhão multiusos. É uma ideia que mais uma vez põe o executivo ao lado dos munícipes. Questionou como é que esse concurso de ideias se vai proceder. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO----------
- - Referiu que a intervenção do Senhor Deputado Bernardo Narciso fez deixou-o com alguma perplexidade e explica porquê. ----------

"Nós podemos estar de acordo, eu pessoalmente estou e, certamente que a bancada do PS também não deixa de estar, relativamente às propostas que o PSD apresentou aquando da discussão da elaboração do orçamento. ----------

- - Se nos perguntarem se estamos de acordo quanto à requalificação do Centro Histórico de Arruda, nós dizemos que sim. ----------

- - Se nos perguntarem se estamos favoráveis à requalificação do Rio Grande da Pipa, também achamos que sim. ----------

- - Se nos perguntarem relativamente à habitação para os jovens, aí então dizemos que sim, muitas vezes. ----------

- - O problema que se coloca aqui é um problema de ordem política e política é fazer opções. Eu estava à espera que a intervenção da bancada do PSD seria de salutar, estava à espera que tivessem tido o cuidado e a coragem de chegar aqui e dizer assim: "Nós, face ao atual orçamento, face às atuais opções do plano, discordamos da proposta A, B, C ou D, mas contrapartida, somos favoráveis às nossas", mas não foi isso que foi feito, deveriam ter dito quais eram as propostas do PSD. Não fizerem qualquer crítica às opções que foram tomadas, e ainda bem. ----------

- - Sempre me ensinaram que alternativa e não faça isto e faça aquilo, mas não ouvi uma única palavra da parte da bancada do PSD a dizer o que é supérfluo ou que é que acham que está errado nas opções do plano deste orçamento. ----------

- - Folga, e ainda bem, que desta vez tenham realçado o trabalho técnico da elaboração deste documento, o que não aconteceu no último, recordou, que no ano passado houve um laivezinho de crítica até à tecnicidade como o orçamento foi elaborado, mas ainda bem que chegaram à conclusão que, de facto, o trabalho foi meritório de elogios."-------

- - A ambição é diretamente proporcional ao equivalente das receitas, ou seja, se só se tem dez não se pode gastar quinze. Se calhar até se pode, mas depois existem dois veículos, um do endividamento e o outro de empolar receitas e fazer um orçamento malicioso. Não há outra alternativa. Isto é aritmética.----------

- - "Eu acho que foi positivo a bancada do PSD não ter feito uma única alusão ao orçamento, só fez às opções do plano e às suas propostas e resumem-se a isto." ----------

- - Face à intervenção que foi feita, está recetivo e está crente que a bancada do PSD desta vez, vai votar a favor do orçamento e das Grandes Opções do Plano, a não ser que venham dizer, "não façam isto e façam aquilo, não façam a variante e façam a requalificação do Centro Histórico Arruda em alternativa."----------

- - O PS quer construir um orçamento e opções do plano realistas, não quer cartas de intenção, porque de cartas de intenção está o mundo cheio, já bastou a situação da pandemia não ter permitido fazer obras que podiam ter sido feitas em dois mil e vinte e dois. ----------

- - Solicitou que o Senhor Presidente da Câmara referisse algumas obras que estavam previstas serem realizadas em dois mil e vinte e dois e não foram e quais foram os motivos e as razões porque não puderam ser feitas. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------
- - Iniciou por agradecer as questões formuladas e referiu que iria procurar responder dentro do tempo às questões. ----------
- - O Senhor Deputado Rui Moreira falou no compromisso do reforço nas medidas sociais e na redução da carga social, é verdade que o executivo conseguiu aliar um reforço de investimento nas famílias e nas entidades da sociedade civil e conseguiram promover um pacote fiscal que está alinhado com o de dois mil e vinte e dois, é certo, mas é o mais amigo de sempre das famílias e das empresas e, hoje é proposto a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um regulamento de consagração de benefícios fiscais, até onde a lei permite ir, de maior flexibilidade de redução, nomeadamente naquilo que é importante. ----------
- - Felizmente já existe um consenso em relação à questão da habitação acessível. Nem sempre esse consenso existiu na sociedade portuguesa, muitas vezes foi considerado que era o mercado que deveria resolver todos os problemas de acesso à habitação, com trinta ou quarenta anos de atraso, está visto que o mercado não só não resolveu todos os problemas como colocou muitas pessoas em situações de exclusão social, por isso, fica feliz em verificar que finalmente o tema da habitação pública acessível é um tema que une os partidos políticos e isso é positivo. É um caminho que tem que se fazer, é certo que é muito longo, muito exigente e difícil, não é em três ou quatro anos que se vai resolver, mas como em todas as grandes caminhadas, o primeiro passo é que é o mais importante e este executivo não só soube dar este primeiro passo, como vai dar muitos outros durante este próximo ano. ----------
- - Enquanto houver estrada para andar vai-se continuar a fazer aquilo que ainda não foi feito, é isso que está presente no objetivo do executivo, naquilo que é o documento estratégico "Arruda 2025" e naquilo que são os compromissos assumidos soberanamente com os arrudenses. ----------
- - É muito importante contar também com o apoio da bancada do Partido Socialista que agradeceu, na pessoa do Senhor Deputado Rui Moreira que fez essa intervenção. --------
- - Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Bernardo Narciso, referiu que concorda com o Senhor Deputado porque sempre disse, reitera e sublinha porque tem a certeza e a convicção profunda que todos os que o antecederam em funções autárquicas, procuraram fazer o melhor que sabiam em cada momento e "o resultado daquilo que somos hoje é o somatório de tudo aquilo que se conseguiu fazer em conjunto na nossa comunidade. Os resultados eleitorais e aquilo que é a apreciação do trabalho do

executivo, soberanamente é o povo que terá sempre a última palavra, mas deixo um reconhecimento institucional por todos aqueles que contribuíram para aquilo que somos hoje."----------

- - Em relação à zona histórica da Vila, diria que o ArrudaLab é uma intervenção estratégica no coração da Vila junto à Igreja Matriz, no antigo edifício dos Paços do Concelho, numa zona perfeitamente central e está convencido que, ao se criar uma dinâmica de empregabilidade, de inovação e de tecnologia junto a uma zona urbana que é o Centro Histórico que está envelhecida, e um pouco deprimida, essas zonas funcionem como um pólo dinâmico, um pólo de atratividade e que possa contagiar também favoravelmente o investimento, quer público quer privado que tem que existir na zona histórica da vida. Não se pode achar que a requalificação da zona histórica da vila depende única e exclusivamente de iniciativa pública, ela depende também da iniciativa privada, e esse é um dos objetivos que se pretende atingir com o ArrudaLab e com a criação de ARU - Área de Reabilitação Urbana criada em devido tempo, com o PARU e com aquilo que é o agravamento fiscal que está a ser aplicado penalizando os proprietários que não fazem o seu trabalho de requalificação e de colocar os imóveis ao serviço daquilo para o qual foram construídos que é ao serviço das pessoas e ao serviço da habitação. ----------

- - Em relação à questão do Rio Grande da Pipa, referiu que neste momento está-se a terminar duas intervenções muito importantes, uma é de responsabilidade municipal que tem a ver com uma declaração de utilidade pública, em que já está marcada uma vistoria do imóvel e também já está marcado os passos subsequentes no processo de expropriação de utilidade pública para toda a substituição do coletor entre a Ponte dos Afetos e estação elevatória da ETAR de Arruda dos Vinhos. O trabalho a montante está feito só falta fazer o trabalho a jusante da Ponte dos Afetos para resolver um problema de descarga para o Rio da Pipa. Muito trabalho está feito a montante, agora há trabalho a jusante que é preciso fazer, nomeadamente com a questão da ETAR, que como já se disse, está em processo, de finalmente, ser terminado o contrato para que a obra possa arrancar. ----------

- - É preciso resolver problemas de primeira geração, não era suposto estar-se a resolver no século vinte e um este tipo de problemas para depois poder fazer progredir investimento.----------

- - Naquele espaço também já foi feito um investimento avultado, que foi o Parque Urbano das Rotas, sabe que os Deputados do PSD não gostam, mas é de facto, um exemplo também daquilo que é a requalificação do espaço público e são as pessoas que frequentam que são cada vez mais.----------

- - Em termos de habitação diria que, para além do que já se disse sobre o regulamento de incentivos que vem a discussão hoje à Assembleia Municipal, consagrando um conjunto de incentivos fiscais e de reduções de impostos para a promoção do arrendamento acessível na parte privada. A Estratégia Local de Habitação também já foi concluída a primeira fase com a intervenção no Bairro João de Deus, mas vai-se propor uma revisão da Estratégia Local de Habitação. Está em crer que haverá condições para que essa revisão seja presente na Assembleia Municipal de fevereiro, mas avisou que vai ser uma estratégia arrojada e irá acompanhar com atenção, o posicionamento do PSD sobre essa matéria, porque as palavras têm que ser condicentes com os atos público e as deliberações, mas nessa altura poder-se-á discutir um pouco melhor essa matéria. --
- - Percebo que não tenha estado presente na inauguração do Bairro João de Deus, mas no relatório do orçamento é dito também que, para além de todo este esforço que se vai fazer na Estratégia Local de Habitação e que está orçamentado para este ano, vai-se investir também noutras matérias que são muito importantes para o executivo e que com o agudizar da crise económica e com a recessão que já se antevê, vai ter que se criar soluções para habitação de emergência. ----------
- - Neste momento, está em processo de abertura de procedimento, tendo em vista a elaboração do regulamento sobre a habitação contentorizada que se tinha no Bairro João de Deus para apoio habitantes das moradias antigas que lá estavam, esse é um tipo de habitação que se vai querer reconverter para uma habitação que possa funcionar como nível de emergência, sobretudo para situações de crédito malparado e outras situações que possam surgir e que coloquem as famílias em dificuldades durante o próximo ano. -
- - "Desengane-se quem achava que a intervenção do município em relação à promoção de habitação cível se tinha esgotado com a requalificação do Bairro João de Deus, mas não foi, o executivo tem a perfeita consciência que essa não foi a única ação que se deve tomar, muitas outras terão que ser tomadas é preciso inverter uma tendência que levou muito os anos para que houvesse consenso." ----------
- - O parque público de habitação do país é menos de cinco por cento, se se for comparar com países do Norte da Europa pode-se verificar que o parque público de habitação nesses países oscila entre os vinte e cinco e os quarenta por cento. Percebe-se que não se consegue passar de cinco por cento para o nível de vinte e cinco por cento, que seria o nível já mais razoável, de um dia para o outro ou, de um ano para o outro.---
- - É preciso haver consenso, compromisso e uma vontade de fazer, mas o caminho é muito longo e difícil, é preciso ter vontade para continuar a dar passos e, passo a passo este executivo vai continuando a caminhada, é isso que pretendem fazer com a revisão da Estratégia Local de Habitação. ----------

- - Mesmo assim, entre aquilo que é o Bairro Calouste Gulbenkian, o Bairro João de Deus, a Rua Policarpo Martins, a habitação contentorizada que se irá disponibilizar e o programa PALA são mais de cento e vinte agregados familiares que estão a ser apoiados, direta ou indiretamente, pelo município na promoção de habitação mais acessível. Nunca houve nem de perto nem de longe, igual número de agregados familiares apoiados neste concelho. Naturalmente que este é um número importante, mas vai-se continuar a aprofundar esse caminho, haja vontade política para isso e a Assembleia será soberana para decidir sobre essa matéria. ----------

- - Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Pedro Fernandes referiu que neste momento está-se a aprofundar o conceito do ArrudaLab.----------

- - O executivo tem uma convicção plena, ou seja, o Município de Arruda é um Município grandioso porque são grandiosas as pessoas que o habitam, que trabalham, que estudam etc, mas é um Município que nunca terá escala para ser um grande produtor agroindustrial. É preciso apostar na produção do conhecimento, na inovação, na tecnologia e em trazer valor acrescentado para o território. Isso só se consegue com investimento e inovação, por isso, as parcerias que se tem tido com o meio académico levam a dizer que este é o caminho que se pretende seguir. ----------

- - O ArrudaLab tem um site online, já está a decorrer um período de candidaturas para incubação em base rural de acordo com o regulamento. ----------

- - Pensa que as obras do edifício sede do ArrudaLab estejam terminadas durante o primeiro semestre, ou mais para o final do primeiro semestre do próximo ano dois mil e vinte e três, o que irá permitir abrir a zona de incubação em edifício, para o laboratório já existem conversações adiantadas para se instalar um laboratório de saúde e funções dos solos ligado ao setor agroindustrial que será pioneiro na região e talvez no país, portanto, diria que também é uma forma de se conseguir elencar o ArrudaLab com o objetivo do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e daquilo que é a pegada hídrica do concelho porque tem mesmo que se avançar para uma modalidade de sustentabilidade do ecossistema, não é possível, continuar-se a produzir sem respeito pelo ecossistema e o ArrudaLab terá que ser também um pouco agregador de inteligência coletiva para fazer esse encontro entre a tecnologia / ciência e a adaptação dessa tecnologia e dessa ciência em boas práticas de preservação do ecossistema no território. ----------

- - O grande objetivo do ArrudaLab é transferir e partilhar conhecimento para gerar mais-valias, rentabilidade para o território e conseguir-se alicerçar uma estratégia de desenvolvimento com base em tecnologia, com base em bons ordenados e não com base em exploração, trabalho intensivo, que é isso que se quer evitar. ----------

- - Relativamente à juventude, referiu que quem ouvisse o Senhor Deputado Bernardo Narciso a falar ficaria a pensar que o Conselho Municipal de Juventude tinha dado parecer negativo à proposta de Orçamento, mas não, de facto, o Conselho Municipal de Juventude deu parecer favorável à proposta de orçamento e está muito à vontade para falar porque inclusivamente a representação da JS não pôde estar presente nessa reunião, ou seja, não houve sequer a tentativa de condicionamento político. ----------
- - Referiu que as verbas da Juventude, tal foi dito pelo Senhor Deputado Pedro Fernandes, não podem ser vistas só nas rubricas da Juventude, porque quando se fala do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária cada estudante que vai de transportes públicos de Arruda para Lisboa para ir para a faculdade sabe perfeitamente que o PART foi uma medida que os ajudou a ter acesso ao ensino, sobretudo com os preços de habitação que se praticam em Lisboa, o PART permite que os jovens arrudenses possam ir e vir todos os dias e com isso poupam muito dinheiro às suas famílias e conseguem ter acesso ao ensino superior. ----------
- - O que antes custava cento e quarenta e oito euros, hoje custa setenta euros e, isso significa uma mais-valia tremenda para os jovens arrudenses. ----------
- - Tendo dado outro exemplo, referiu que se vai realizar uma assembleia participativa jovem, em colaboração com a Assembleia Municipal, que é também um instrumento importante da democracia participativa que irá permitir o desenvolvimento de um projeto que vai ser materializado e concretizável com uma deliberação que depois a será executada e acompanhada na sua execução, e isso em democracia chama-se literacia, que também é importante e faz bem a todos. ----------
- - Em relação ao campo de futebol espera que este ano se consiga concretizar. Por isso existe um conjunto de iniciativas na área da Juventude que vão muito para além do que está na rubrica da Juventude. ----------
- - A questão das academias de verão, referiu que o executivo está a estudar a situação porque para além do subsídio de refeição que é mais do que justo, merecido e lógico seria ótimo que exista também apoio na questão da deslocação, ainda se está a ver do ponto de vista administrativo / burocrático se é preciso um regulamento ou se é através da aquisição de um passe, é preciso ver como se vai fazer para justificar a saída do dinheiro porque está-se a falar de dinheiros públicos e por isso é preciso seguir diretrizes exigentes do ponto de vista legal, mas naturalmente parece-lhe que é uma medida mais do que elementar de justiça. ----------
- - O Senhor Deputado Bernardo Anagua, falou numa situação que é pesarosa, ou seja, qualquer subtração à comunidade, qualquer perda de vida humana é uma perda que afeta a comunidade no seu todo. Não tem informação fina daquilo que serão, eventualmente, as questões clínicas que podem justificar um eventual suicídio, nem isso

faz parte também das competências da câmara, mas de todo modo, a temática da saúde mental é muito pertinente e muito necessária e, para além daquilo que são os esforços que o Serviço Nacional de Saúde possa fazer sobre essa matéria, as autarquias terão também que fazer o seu papel. ----------

- - Naquilo que diz respeito às competências da câmara, que é a saúde escolar, referiu que ainda no último Conselho Municipal de Educação este tema foi bastante aflorado, e nas unidade escolares existem soluções para apoiar nessa matérias, o psicólogo municipal também dá apoio na retaguarda e continuará a dar, possivelmente vai existir mais uma psicóloga no quadro que pode dar uma ajuda complementar ao trabalho que já se faz no Gabinete de Inserção Profissional passando a ser mais um recurso que pode ser melhorado, mas também existe uma interação com a Unidade de Saúde Familiar, e o projeto da prescrição social parece-lhe muito relevante, não se pode estar a entupir as pessoas com fármacos que talvez não resolvam problemas de fundo é preferível procurar na comunidade recursos em conjunto, para que a inserção comunitária possa ser mais efetiva e, por isso o projeto da prescrição social tem que ser uma realidade e já se está a trabalhar nele. ----------

- - Aquilo que se tem feito sobre a promoção da atividade física em espaço público também tem que ser continuado, vai-se colocar aparelhos de fitness em A-do-Barriga e em Nossa Senhora da Ajuda, recentemente foi outorgado um protocolo com a ARS-LVT para se fazer fisioterapia ao domicílio, complementando aquilo que é o trabalho das equipas de apoio domiciliário do Centro de Saúde, parece-lhe importante e passa a haver mais um profissional que se dedica ao acompanhamento domiciliário. ----------

- - O Estatuto do Cuidador Informal também é importante, e o Município de Arruda é reconhecido pela Associação dos Cuidadores Informais, porque está na vanguarda e é um caminho para continuar. ----------

- - Também se vai continuar a apostar na teleassistência que já é uma realidade e, tal como o Senhor Deputado referiu, a Universidade das Gerações também é muito importante. ----------

- - Em relação à questão dos transportes referiu que a autoridade de transportes, por delegação de competências do município, é a CimOeste e geralmente o transporte é através de uma cotização para a CimOeste poder fazer o processamento dos pagamentos, essa diminuição dos transportes que foi detetada, e bem, tem que ver com o facto de haver menos alunos a serem abrangidos pelo subsídio de transporte, ou seja, a câmara tem a obrigatoriedade de subsidiar o transporte de alunos que não tenham resposta para o curso que selecionam no concelho e isso diminuiu o fluxo de alunos que estão nessa circunstância. ----------

- - Em relação ao concurso de ideias, mencionou que o executivo está a estabelecer contactos com a Ordem dos Arquitetos para ajudar a montar o concurso e a ter um júri credenciado dentro de um programa que ainda não está definido, mas naturalmente que o objetivo é valorizar e criar uma sala apta para receber eventos culturais, no âmbito teatral e outro tipo de situações. Apostar também naquilo que é um território criativo e permitir que haja o desenvolvimento de projetos criativos no próprio pavilhão multiusos.----------

- - Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado José Augusto, e bem, referiu que para se valorizar uma proposta contra e um contributo, tem que se perceber qual é a ideia, perceber onde é que se corta para se fazer determinada coisa, porque a matemática é muito dura e se se aumentar a despesa, tem que se aumentar a receita, ou então reduzi-la em idêntica proporção e, portanto, esse é mesmo um exercício exigente que tem que ser feito. ----------

- - "Obviamente que toda a gente percebe que este executivo tem sempre muito mais ambição do que aquela que consegue conter dentro das balizas orçamentais, obviamente que isso é lógico e natural, todos nós percebemos isso e, tomaríamos nós ter a capacidade de fazer muito mais do que aquilo que conseguimos fazer, mas é para isso que cá estamos, fomos eleitos para priorizar investimentos e para selecionar a condução política mediante as prioridades." ----------

- - Em relação às obras que não foram efetuadas em dois mil e dois, deu os exemplos do relvado sintético do campo de futebol e a do Mercadinho d'Arruda que, não obstante de se ter duplicado o valor previsto, ficou deserto e não se conseguiu executar. ----------

Deliberação----------

- - Foi deliberado, por maioria, com cinco votos contra da bancada do PSD e uma abstenção da bancada do Chega, aprovar os documentos previsionais para 2023----------

- - A bancada do PSD apresentou uma declaração de voto, com o seguinte teor: ----------

- - Durante a discussão do ponto passou a fazer parte a Deputada Maria do Carmo e o Deputado Luís Peixoto, entraram na sala às vinte e uma horas. ----------

- - Durante a votação do ponto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas, não esteve presente na sala.----------

Declaração de voto do PSD ----------

- - "Nesta Assembleia Municipal é apresentada a proposta para os documentos provisionais do município referentes ao ano de 2023. ----------

- - O executivo camarário, apresenta mais uma vez, um conjunto de propostas cuja execução é totalmente imprevisível, falível e com uma clara falta de cometimento com prazos e valores. A situação particular que o país atravessa, devido aos fatores externos desfavoráveis e à descuidada gestão governativa nacional, levam a um elevado grau de

incerteza económica. Face a esta conjuntura, debatida diária exaustivamente por todos, na elaboração destes documentos previsionais, o executivo optou apenas por transpor para os anos seguintes valores idênticos aos apurados para 2023.----------

- - O executivo municipal, ao afirmar que, durante 2023, analisará, e se houver estabilidade para tal, a possibilidade de iniciar o processo de contratualização de um empréstimo de médio-longo prazo para investimentos diversos, adia o avanço em projetos que considerados estruturantes como é o caso de um plano de pavimentações plurianual, cujo programado para o ano 2019/2021 ainda não está concluído, mas também a execução da rede em baixa do saneamento básico na Carvalha e A-do-Mourão, pois até neste ponto só é considerado como prioridade a conclusão da intervenção na rede de saneamento do Carrasqueiro.----------

- - Também as obras de remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos têm uma estimativa de arranque da obra com os trabalhos da empreitada a decorrer previsivelmente até ao final do ano 2024, com os consequentes impactos ambientais no Rio Grande da Pipa e nas áreas circundantes. A obra do Mercadinho d'Arruda permanece sem uma solução concreta ou, pelo menos, um compromisso percetível definido. Mas podemos elencar outras obras que consideramos prioritárias e para as quais não existem resposta neste orçamento, como é o caso das obras necessárias no pólo da USCP em Arranhó, estrutura que está completamente ignorada, o que significa um retrocesso para a população da Freguesia de Arranhó. ----------

- - Por todas estas razões, os deputados municipais do PSD votam contra esta proposta que não beneficiará a população de Arruda."----------

PONTO N.º 5 - PACOTE FISCAL PARA 2023 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES E TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 31 outubro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE----------

- - Referiu que esta proposta é idêntica à que foi apresentada para dois mil e vinte e dois. ----------

- - Sintetizando, a proposta para a taxa de IMI para os prédios urbanos é de zero vírgula trezentos e setenta e cinco por cento e para os prédios rústicos zero vírgula oitenta por cento.----------

- - No que diz respeito à derrama é proposto a aplicação de uma taxa de um vírgula cinco por cento para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, e a isenção para os sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros e para as empresas que se fixem no concelho e que criem e mantenham, pelo menos, três postos de trabalho. ----------

- - No que diz respeito à participação do município em sede de IRS é proposto a aplicação de uma taxa de três vírgula nove por cento, quando a taxa máxima é cinco por cento, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho. ----------
- - Quanto à taxa municipal dos direitos de passagem a proposta é que não seja cobrada de forma a que não seja repercutido esse serviço aos munícipes. ----------
- - Mais uma vez o que é proposto neste pacote fiscal é tentar equilibrar aquilo que é a tributação sobre o património e a tributação sobre o rendimento das pessoas singulares e reduzir, quer no IMI, quer no IRS. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO PEDRO FERNANDES ----------
- - Mais uma vez o município de Arruda apresenta um pacote fiscal competitivo, mais uma vez o município tem a compreensão que, em tempo de crise e em tempos difíceis, especialmente ao nível da inflação é preciso estar do lado das famílias, estar do lado das empresas de Arruda e compreender que se não é por não se cobrar estas receitas que se vai conseguir renovar completamente o conceito, mas se calhar, para muitas famílias em Arruda, ao final do ano, estes euros e estas percentagens fazem efetivamente a diferença. ----------
- - Quando se olha para o IRS com uma taxa reduzida de três vírgula nove quando em dois mil e treze essa era a taxa máxima, é preciso realçar isso. ----------
- - Relativamente ao IMI, no que diz respeito aos prédios urbanos é proposto uma taxa de zero vírgula trezentos e setenta e cinco por cento, no que diz respeito à derrama é apresentada uma taxa de um vírgula cinco por cento. ----------
- - Fazendo uma comparação com os concelhos vizinhos, Alenquer, Loures, Mafra Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, verifica-se que Arruda tem o IRS mais baixo, no IMI só se fica atrás de Loures que tem uma taxa de três virgula sessenta e quatro por cento e Vila Franca de Xira que tem uma taxa de três por cento, em relação à derrama e aos mecanismos aplicados para a mesma são semelhantes em praticamente todos os municípios. ----------
- - Dos municípios que referiu, o único município que é da direita, apresenta um IRS elevado de quatro virgula setenta e cinco por cento e um IMI de quatro vírgula cinco por cento, estando a referir-se ao Município de Mafra. ----------
- - Voltando o foco para Arruda dos Vinhos, referiu que continua-se a falar sobre o município não apostar e não ter despesa pública, não ter investimento público suficiente, no entanto, como foi dito pelo Senhor Deputado José Augusto, para haver mais investimento terá que se recorrer a empréstimos bancários, mas o PSD não vai fazer empréstimos, não vai recorrer à banca no curto prazo, por isso tem apenas que se olhar para a receita fiscal. ----------

- - No entanto, compreende que em tempos de inflação e em tempos macroeconómicos muito difíceis, estar a trazer mais encargos e estar a aumentar os impostos municipais aos arrudenses, provavelmente, não será a melhor jogada. Gostaria de fazer um desafio à oposição, gostaria que lhe fosse explicado como é que efetivamente se consegue ter mais dinheiro, como é que se vai fazer mais projetos, como é que se vai trazer mais para Arruda, mantendo os impostos baixos. ----------

Deliberação----------

- - Foi deliberado, por maioria, com seis votos contra da bancada do PSD e da bancada do Chega, aprovar o Pacote Fiscal para 2023 - Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama, Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e Taxa Municipal de Direito de Passagem ----------

- - Durante a votação o Senhor Presidente da Junta de Cardosas e o Senhor Deputado José Augusto, não se encontravam presentes na sala. ----------

PONTO N.º 6 - REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 14 novembro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a reorganização dos serviços municipais---

PONTO N.º 7 - MAPA DE PESSOAL 2023 ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 14 novembro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o mapa de pessoal 2023----------

PONTO N.º 8 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2023, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 500.000,00 EUROS----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 31 outubro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a contratação de empréstimo de curto prazo durante o ano de 2023, até ao montante máximo de 500.000,00 euros. ----------

PONTO N.º 9 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DAS MINUTAS DAS ADENDAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA --------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 31 outubro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRRSIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Este ponto da delegação de competência nas juntas de freguesia foi feito de comum acordo com todas as juntas e com um processo negocial prévio. ----------
- - É proposto um aumento de cinco por cento nas transferências financeiras e houve pequenos acertos pontuais, algumas freguesias precisavam mais gasóleo, outras menos tovenâ, etc. Não houve grandes alterações em relação àquilo que estava previsto, ou seja, não há nenhuma redução nas outras componentes e houve um acréscimo dos cinco por cento. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRUDA DOS VINHOS ----------
- - Saudou a Câmara Municipal e o executivo municipal pela apresentação deste ponto. É verdade que tudo foi estipulado por negociação com os outros colegas, tendo-se chegado a um acordo que o aumento é um valor simpático. Tem sido um contínuo aumento ao longo dos anos e, neste momento, já se passou a barreira daquilo que era o financiamento no pré PAEL. ----------
- - Também acha que os seus colegas presidentes de junta não o vão deixar mentir, mas qualquer Presidente de Junta ambiciona mais como é normal, mais verbas, mais materiais, mais recursos humanos, mas também entendem as limitações próprias do tempo que se vive e da incerteza do futuro. ----------
- - No âmbito da discussão na Câmara Municipal relativamente a uma proposta que lhe pareceu ouvir dos vereadores do PSD relativamente à forma como são aplicadas as verbas destes contratos de delegação de competências, efetivamente, acha que é importante esclarecer e acompanhar aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente de Câmara e frisar aqui nesta sede da Assembleia Municipal, que face a uma proposta de estabelecimento de objetivos ou de metas, relativamente à atribuição de verbas, aquilo que a Câmara Municipal faz é atribuir as verbas consoante as competências que são delegadas, entregar essas verbas às juntas de freguesia para gerirem consoante o orçamento que é aprovado em sede da Assembleia de Freguesia, esse sim é o órgão fiscalizador por excelência das freguesias. ----------
- - Mais uma vez, saudou a Câmara Municipal por ter alcançado este acordo entre as freguesias e o município, e não podia deixar a nota que a fiscalização do uso dessas verbas é feita em sede de Assembleia de Freguesia e não pela Câmara Municipal. -------
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------
- - Reconhece que essa reivindicação de querem sempre mais é legítima, justa e merecida, ninguém tem dúvida disso, mas todos entendem que a intensidade com que é feita é que tem que ser de forma gradual. ----------
- - Podem contar sempre consigo na linha da frente e com os seus colegas do executivo, seguramente, de forma a continuar a aprofundar este caminho de valorização do papel

das juntas de freguesia, dando mais meios e mais recursos financeiros e não só, esse é um dos objetivos que existe desde o início do mandato e querem ser fiéis a ele. ----------

- - Uma vez que este é o fórum próprio e a circunstância exata, agradeceu a todos os Presidentes de Junta e às respetivas equipas, todo o trabalho que fazem nas juntas de freguesia em proximidade com as populações e obviamente que o município de Arruda e o executivo municipal será eternamente grato por esse trabalho que fazem com as populações. ----------

- - Referiu que, pode passar despercebido, e talvez na reunião de câmara não tenha sido muito claro sobre essa matéria, mas vai aproveitar a oportunidade para dizer que o Gabinete Municipal de Auditoria e de Controlo Interno, através do Dr. Nuno Libânio, faz anualmente um pedido de reporte às juntas de freguesia sobre os gastos que tiveram. Isso está no âmbito daquilo que são as competências do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, agora do ponto de vista político aquilo que disse na reunião de câmara, e quer frisar aqui na Assembleia Municipal, é que entende que as juntas de freguesia são órgãos do poder local com tanta legitimidade como o executivo municipal ou como a Assembleia Municipal e, portanto, tem autonomia política, administrativa e orçamental para fazer a gestão que bem entendem dos dinheiros que tem à sua disposição, por isso, da sua parte e da parte do executivo, nunca haverá nenhuma ingerência ou tentativa de ingerência naquela que é a definição da política pública definida pela autarquia local - freguesia. ----------

- - Os Senhores Presidentes de Junta podem ficar tranquilos que não alinhará em nenhuma delegação de competências que tenha uma condição de condicionar ou estipular verbas para algo especifico, porque as juntas têm competências e autonomia para fazerem a gestão dos dinheiros que recebem. É assim que concebe aquela que é a relação institucional que se deve preservar com as juntas de freguesia. ----------

Deliberação----------

Foi deliberado, por maioria, com seis abstenções da bancada do PSD e do Chega, aprovar a delegação de competências - Aprovação das minutas das adendas aos contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia.----

PONTO N.º 10 - 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PALA - PROGRAMA DE APOIO LOCAL AO ARRENDAMENTO ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 03 outubro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Referiu que esta alteração tem que ver com um objetivo fundamental, que é conseguir apoiar mais quem mais precisa. ----------

- - Já tinha referido que no orçamento, para dois mil e vinte e três, está previsto um reforço de verbas de sessenta e sete por cento neste programa, porque o objetivo é

mesmo apoiar mais quem mais precisa. Com o regulamento anterior estava-se a ver muitas verbas cativadas por causa dos nove meses em que ficava cativo o apoio e, por isso esse prazo vai ser reduzido para seis meses de forma a permitir que haja entrada de mais pessoas no programa e que se consiga apoiar mais quem mais precisa.----------
- - Estava-se a sentir que o sistema não estava a conseguir apoiar de forma eficiente e que se calhar havia pessoas que precisavam mais do que aquelas que já tinham verbas cativas no projeto.----------
- - Obviamente que, nada disto invalida aquilo que é a complementaridade de projetos adjacentes nesta área, como é o caso do FES - Fundo de Emergência Social, ou seja, não exclui a que as pessoas tenham acesso ao FES. ----------
- - Frisou que o FES teve um reforço de vinte e cinco por cento em relação à verba prevista no ano de dois mil e vinte e dois. ----------
- - Neste momento, o programa PALA está a apoiar cerca de vinte e oito famílias. -------
INTERVENÇÃO DA SENHORA DEPUTADA FÁTIMA RABAÇAL ----------
- - No documento que o executivo apresenta, intitulado como Projeto da Primeira Alteração do Regulamento do PALA - Programa de Apoio Local ao Arrendamento, é proposto uma alteração da alínea d) do número um do artigo terceiro. ----------
- - O PSD gostaria de ser esclarecido, porque é que se optou por usar como base de cálculo da pensão social fixada para o ano em que o apoio é solicitado, e não mantiveram a mesma base de cálculo, ou seja, atribuição mínima mensal garantida. ----
- - No mesmo documento é referido que, desde dois mil e vinte e um, ano da sua entrada em vigor, foi possível apoiar um total de cinquenta e dois beneficiários que correspondiam a vinte candidaturas deferidas e um custo igual a dezoito mil, oitocentos e vinte e cinco euros, no ano de dois mil e vinte e dois, até ao mês de setembro, foi possível apoiar um total cinquenta e oito beneficiários, que corresponderam a vinte e cinco candidaturas, com um custo de trinte e sete mil, oitocentos e vinte e cinco euros e noventa e sete cêntimos. ----------
- - O PSD gostaria de ser esclarecido como é que se explica um aumento para o dobro dos custos associados a esta medida. ----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO RICARDO TALIXA ----------
- - O tema da habitação é um tema claramente presente e é um tema que também é futuro que influencia hoje e vai influenciar as gerações vindouras. ----------
- - Tal como já tem vindo a ser habito, este executivo não tem só um conjunto de meras ideias no papel, mas coloca-as em prática e os resultados da aplicabilidade disso notam-se no dia a dia. Poderia falar de vários projetos que existem de âmbito social porque todos esses projetos têm aplicabilidade e tem resultados práticos, embora isso, muitas vezes, tenha que ser repetido várias vezes para que seja interiorizado. ----------

- - Parabenizou, este reforço de verbas neste novo o orçamento, num contexto de incerteza económica e num contexto de inflação elevada porque mesmo assim o município consegue aumentar as verbas e aumentar os apoios. ----------

- - Como disse a Senhora Deputada, efetivamente o município em dois mil e vinte e um apoiou cinquenta e dois beneficiários, em dois mil e vinte e dois, cinquenta e oito beneficiários, além de todos os outros projetos que estão associados e, de facto, este apoio às famílias é fundamental para beneficiar a robustez das famílias, porque famílias mais robustas tornam o concelho mais robusto e em última análise também um país mais robusto.----------

- - É um orgulho enorme o facto de o município continuar a apoiar as famílias, continuar com estes apoios, com estes projetos sociais e, volta a dizer, que não são meras intenções, saem do papel. Obviamente que se pode fazer muito mais, mas como costuma dizer "eu prefiro dez por cento de muito do que cem por cento de nada".--------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Respondendo à Senhora Deputada Fátima Rabaçal, em relação aos critérios referiu que houve duas lógicas, a primeira é o alinhamento destes critérios em consonância também com aquilo que são os critérios que a Segurança Social tem por força da descentralização de competências que o município irá receber a partir de um de janeiro, o segundo tem que ver também com a questão que falou no início, ou seja, pretende-se fazer um reajustamento, ou seja, à partida já se sabe que se vai gastar mais dinheiro do que foi anteriormente e por isso a previsão orçamental para dois mil e vinte e três será à partida, superior em sessenta e sete por cento, mas este ajustamento servirá para reajustar a medida de maneira a que as pessoas que mais precisam não fiquem excluídas logo à priori, por força da cativação de verbas dos nove meses, com a alteração para os seis meses pretende-se chegar a mais pessoas. ----------

- - Se lhe perguntarem o porquê do aumento deste custo, referiu que o executivo tenta fazer um esforço para ir reforçando as dotações orçamentais de modo a que ninguém fique para trás, e essa é uma garantia que pode continuar a dar, não obstante do ponto de partida ser mais favorável com mais sessenta e sete por cento de valor de despesa previsto, de continuar a fazer um acompanhamento da execução orçamental e, se for necessário reforçar programas como este, que são estratégicos , tal como é o FES, ir-se-á continuar a reforçar. ----------

- - Há data de hoje, não lhe consegue dizer se vai haver a necessidade de reforçar muito, diria que é expectável que as dificuldades das famílias aumentem, obviamente que o PALA terá que acompanhar também a situações de algumas famílias que, infelizmente, vão passar por dificuldades de acordo com o agravamento previsível da situação macroeconómica nacional e internacional.----------

- - Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Ricardo Talixa, referiu que tem exatamente a sua preferência "prefiro sempre dez por cento de alguma coisa do que cem por cento de nada e também sei que às vezes o bom é mesmo o nosso ótimo, porque ou temos o bom ou não temos nada e, portanto, é preferível que o bom que seja o nosso ótimo do que um ótimo que nunca chega."----------

Deliberação----------

- - Foi deliberado, por maioria, com seis votos contra da bancada do PSD e do Chega, aprovar a 1.ª alteração ao regulamento PALA - Programa de Apoio Local ao Arrendamento----------

Declaração de voto do PSD----------

- - "Os Deputados do PSP analisaram, quer o regulamento do Programa de apoio Local ao Arrendamento (PALA) aprovada em 2021, que era o Projeto da 1.ª Alteração do citado regulamento e entendem que esta proposta: ----------

- - 1) Vem alterar critérios da atribuição no que concerne a alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º deixando de considerar as famílias com rendimentos por elemento seja superior a 321 euros, quando a anterior redação apoiava as famílias com rendimento por elemento até 529 euros; ----------

- - 2) Suprime em 3 meses o apoio económico de acordo com o n.º 2 do art.º 7.º, que reduz o tempo de e de duração da renda apoiada de 9 meses para 6 meses para o ano civil;----------

- - 3) Não garante os apoios sociais às famílias, sobretudo, ao acesso a uma habitação digna, o que no contexto atual de insegurança e incerteza, com custo de vida a não conseguir acompanhar os níveis elevados de inflação, contribui para aumentar o número de famílias e indivíduos desprotegidos e com mais necessidade de apoio social;

- - 4) É injusta, incorreta e descontextualizada do tempo que vivemos e contraria quer os princípios e valores que o movem os Deputados do PSD manifestados no programa eleitoral, bem como é contrária aos princípios e valores do próprio Partido Social Democrata. ----------

- - Pelo exposto, os deputados do PSD votam contra a 1.ª Alteração do Regulamento do Programa de apoio Local Arrendamento." ----------

PONTO N.º 11 - 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PROJETOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS - PIEMA ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 19 setembro ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Sintetizando a apresentação deste ponto, fez uma referência a um novo capítulo, neste caso o quinto, que visa, sobretudo a implementação do programa "Regresso a Casa" que é um objetivo eleitoral.----------

- - Esse programa tem uma delimitação temporal e territorial definida, no caso concreto na zona da antiga ZIR em Arranhó que visa consagrar um conjunto de benefícios fiscais para as empresas que se queiram instalar, até dois mil e vinte e cinco, nessa zona do território do concelho, nomeadamente, no caso de operadores de gestão de resíduos com licenciamento ou em processo de licenciamento e com sede fiscal na freguesia de Arranhó, a isenção total e uma única vez do IMT, isenção total de IMI e isenção total da taxa da derrama, assim como a isenção total das taxas urbanísticas para a construção e instalação das instalações industriais.----------

- - Depois há outro tipo de prioridades, nomeadamente, consoante as tipologias das empresas, no caso de se tratarem de entidades empresariais que sejam, ou não, operador de gestão de resíduos, mas que já tenham sede ou direção efetiva no território concelhio e que pretendem instalar uma nova unidade produtiva na antiga Zona Industrial de Arranhó, prevê-se uma redução em cinquenta por cento do valor do IMT, do IMI, da taxa da derrama aplicável e das taxas urbanísticas aplicáveis à operação. ----------

- - Tratando-se de empresas e que já tenham tido sede ou direção efetiva no concelho Arruda e que pretendam voltar a sediar-se no concelho, instalando-se na antiga Zona Industrial de Reciclagem, beneficiarão dos incentivos dos cinquenta por cento.----------

- - Tratando-se de empresas de qualquer setor de atividade, independentemente do local da sua sede ou direção efetiva e que se pretendam instalar na zona industrial de reciclagem a redução é de vinte e cinco por cento das várias taxas.----------

- - Estes benefícios fiscais atribuídos, vigoram pelo período de dez anos a contar da respetiva aprovação, e os benefícios apenas serão atribuídos se a sede da entidade beneficiária se mantiver no concelho de Arruda durante o período dos dez anos. ---------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ ----------

- - Não poderia deixar de passar a hipótese de falar sobre este tema, que é para si uma magnífica proposta e que muito favorece a Freguesia de Arranhó com a inclusão deste capítulo quinto. ----------

- - Pessoalmente e como autarca inexperiente diria que começa a não compreender a situação do navegar à vista, porque tal como o Senhor Presidente disse, e bem o regulamento foi votado e então cá está ele. ----------

- - A realidade é que acredita que a nível de benefícios e de incentivos para as empresas de venham passar a trabalhar no espaço da ZIR, é algo único e é uma proposta que vai trazer muitas vantagens para todas essas empresas. ----------

- - O projeto da ZIR está parado há cerca de vinte e cinco anos, ou mais, mais propriamente desde mil novecentos e noventa e sete, quando houve uma alteração na força política, tanto na câmara como na junta de freguesia. ----------
- - Falando da ZIR, não pode deixar passar porque a ZIR foi um tema marcante deste ano. ----------
- - Não sabe se o Senhor Presidente se se lembra, mas no dia dezanove de maio, houve uma reunião de junta que foi muito marcante a nível pessoal, posteriormente no dia vinte e três de maio, foi ter com o Senhor Presidente à Câmara Municipal onde também esteve presente o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador Paulo Pinto. ----------
- "Eu relembro que nessa reunião fui dar nota da decisão que a Junta de Freguesia tinha tomado do que iria fazer sobre o tema em questão. A realidade é que também mencionei, na altura, que estava muito tranquilo porque sabia os próximos passos, sabia exatamente o que é que ia acontecer, sabia exatamente o futuro, e o Senhor Presidente disse-me que estava a ver exatamente o mesmo futuro que eu e que iríamos trabalhar em conjunto para esse futuro de haver a possibilidade de se passar a ter a ZIR a trabalhar. --
- - A realidade é que, nós navegamos à vista, mas vemos coisas que os outros não veem. Então começo a achar que somos autênticos visionários. ----------
- - Na altura foram colocadas lonas em locais estratégicos, acredito que as pessoas que as colocaram desejam tanto como, o bem para a minha freguesia e para o nosso concelho, pode-se verificar que as lonas, entretanto já foi retiradas, mas acredito mesmo que essas pessoas continuam a querer o melhor para a nossa freguesia e para o nosso concelho. As estruturas das lonas continuam no mesmo local, seguramente será para colocar uma nova lona a parabenizar esta tomada de decisão por parte da Câmara Municipal."----------
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------
- - Em relação ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, diria que não é especialista na área, mas para navegar à vista sem bater com a embarcação é preciso ter uma certa perícia, mestria e habilidade. ----------
- - "O chefe de Divisão Financeira tem muito mais sapiência do que eu nesta área e nesta arte, por isso não me vou atrever a fazer comentários sobre navegação." ----------
- - Neste momento, o executivo está muito empenhado para que haja um desbloqueio da ZIR. Obviamente que este é um passo importante, se a Assembleia assim o entender, para permitir que haja condições de atratividade de investimento para aquela zona. Obviamente que *per si* este regulamento não resolve todos os problemas, é necessário que haja vontade da Administração e da Assembleia Geral da ZIR para desbloquear esta situação. ----------

- - Aquilo que pode transmitir, e o Vereador Paulo Pinto tem o acompanhando, pelo menos em duas Assembleias Gerais da ZIR tal como o chefe da Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida, e nessas reuniões foi-se dizendo que, da parte da câmara, do ponto de vista urbanístico, iria ser permitido que a zona industrial pudesse avançar faseadamente, de acordo com aquilo que forem as necessidades e as possibilidades da ZIR. ----------

- - Neste momento está convencido que já todos perceberam, e que já todos os acionistas perceberam, que não é possível que um terreno daqueles esteja parado há mais de vinte e cinco anos com prejuízo para o território, portanto, nisso vai ser-se muito inflexível, o executivo defende que a ZIR tenha investimento e que possa ser produtivo para o território.----------

- - Obviamente que na primeira intervenção que fez na Assembleia Geral da ZIR, que se realizou por insistência do município, foi dito que a posição do município é secundar aquilo que a Junta de Freguesia transmitiu, que a câmara é contra a instalação de uma unidade que foi sufragada nesta zona do território. A partir daí o que foi sempre dito é que é preciso criar emprego para o território e é preciso deixar de ser uma força de bloqueio ao desenvolvimento desta localidade. ----------

- - "Espero, e vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance, para que consigamos neste mandato que passem a existir condições para que este investimento ocorra. A câmara está a abdicar de uma fatia muito grande de receita, é bom que se tenha noção disso, há situações que se está a propor a isenção total do pagamento de taxas e de impostos, de forma que seja uma situação mais favorável ao investimento e à capacidade de atratividade de investimento e valorização daqueles terrenos bem como à produção de riqueza para o território. ----------

- - *Per si*, este regulamento não resolve tudo é preciso trabalhar para esse fim. Tive conhecimento que já há outras entidades que querem investir em quatro hectares naquela zona e, neste momento, não vejo, da parte da câmara, nenhum obstáculo jurídico / urbanístico, por isso, se este regulamento for aprovado fica-se com um conjunto de incentivos que pode levar a que este investimento seja uma realidade no território e é isso que vamos bater-nos para que aconteça. Senhor Presidente fique tranquilo que é para isso mesmo que vamos trabalhar e vamos mantendo-o informado, a par e passo, como temos feito até aqui."----------

Deliberação----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a 1.ª alteração ao regulamento Projetos de Interesse Estratégico para o Município de Arruda dos Vinhos - PIEMA. ----------

PONTO N.º 12 - 11.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO 2023 ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 03 outubro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a 11.ª alteração ao regulamento de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos e atualização dos valores da Tabela de Taxas Municipais para o ano 2023. ----------

PONTO N.º 13 - PROJETO DE REGULAMENTO DE PARCERIAS PARA O ARRUDALAB----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 05 setembro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por maioria, com quatro abstenções da bancada do PSD, aprovar o projeto de regulamento de parcerias para o ArrudaLab ----------

- - Durante a votação do ponto, o Deputado Paulo Moniz não se encontrava na sala. -----

PONTO N.º 14 - 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 03 outubro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a 1.ª alteração ao regulamento do Cemitério Municipal de Arruda dos Vinhos.----------

- - Durante a votação do ponto, o Senhor Deputado António Reis, não se encontrava presente na sala. ----------

PONTO N.º 15 - AFETAÇÃO DE 2.474,96 M2 AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, REFERENTE A INFRAESTRUTAS VIÁRIAS E ESPAÇO VERDE E DE LAZER NO BAIRRO JOÃO DE DEUS, EM ARRUDA DOS VINHOS ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 14 novembro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado por unanimidade, afetar as seguintes áreas à utilidade pública, conforme levantamento topográfico junto em anexo, a "espaços verdes e de lazer e infraestruturas viárias", sujeitando-os ao estatuto da Dominialidade Pública Municipal:

- - A) A área total de 861,90 m2, no prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 2820, nomeadamente, para infraestruturas viárias a área de 178,26 m2 para a Rua Germano Peixinho da Costa e a área de 72,73 m2 para alargamento da Rua do CRD Arrudense; a área de 334,27 m2 destinada a passeios e a área de 276,64 m2 destinada a estacionamento; ----------

- - B) A área total de 1613,06 m2, no prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3027, nomeadamente, para espaços verdes com a área de 497,89 m2 destinada a Hortas Comunitárias; para espaço de lazer com a área de 493,64 m2 destinada o Anfiteatro; para infraestruturas viárias com a área de 114,20 m2 destinada a parte da Rua Germano Peixinho da Costa, a área de 155,88 m2 para alargamento da Rua do CRD Arrudense, a área de 75,24 m2 destinada a estacionamento e a área de 276,21 m2 para passeios. ----------

- - C) Sendo a área total de 2474,96 m2 a afetar ao domínio público municipal ----------

PONTO N.º 16 - DESIGNAÇÃO DE ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ----------

- - Presente e-mail da Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização. ----------

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- - A Senhora Presidente, referiu que este assunto foi falado com na conferência de líderes. Questionou se as bancadas têm nomes para apresentar. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE ARRUDA DOS VIMHOS----------

- - A bancada do PS gostaria de sugerir o nome do Deputado Ricardo Talixa para voltar a integrar, uma vez que já é parte integrante desta comissão. ----------

Deliberação----------

- - Uma vez que é a nomeação de uma pessoa, procedeu-se votação pelo modo secreto.-

- - Foi deliberado por maioria, com um voto contra e dois votos em branco, designar o Deputado Ricardo Talixa como elemento para o Orçamento Participativo.----------

PONTO N.º 17 - REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA CPCJ -COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS ----------

- - Presente oficio da CPCJ. ----------

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- - A Senhora Presidente pediu desculpa aos senhores lideres que os induziu em erro por causa do ofício que a Assembleia tinha recebido da CPCJ a solicitar dois nomes, mas é só um representante. ----------

- - Questionou se as bancadas têm algum nome para indicar. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRUDA ----------

- - Referiu que houve uma posição consertada com a bancada do PSD, que agradeceu, foi um assunto que também foi falado com as restantes bancadas e o nome que o PS tem para apresentar é da cidadã Leonor Henriques Mariano Carvalho da Cunha, que é uma jovem idónea e que está, neste momento, a estudar na área do serviço social e, inclusivamente, já fez um estagio em regime de voluntariado na CPCJ e que desenvolveu um excelente trabalho.----------

- - Uma vez que todas as bancadas estavam de acordo com a indicação da referida cidadã, foi deliberado por unanimidade, nomear a cidadã Leonor Henriques Mariano Cunha como representante da Assembleia Municipal na CPCJ -Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arruda dos Vinhos.----------

- - Durante a discussão e votação deste ponto o primeiro secretário ausentou-se da sala por impedimento, uma vez que a cidadã, em causa, é seu familiar. ----------

----------**Extra Ordem do Dia** ----------

Pontos extra ordem do dia de acordo com o n.º do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro----------

PONTO N.º 18 - 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) PARA 2022 ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 28 de novembro ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - Referiu que o ponto tem que ver com o aumento de receitas e da despesa.----------

- - Começando pela despesa referiu que, como todos sabem, existe o processo de expropriação por utilidade pública da variante rodoviária externa a decorrer nos termos do acordo assinado entre o Município de Arruda e a IP - Infraestruturas de Portugal, que é a dona da obra, sendo da responsabilidade do município os encargos com as expropriações. ----------

- - O processo foi evoluindo, existem dez parcelas de terreno que não se conseguiu chegar a acordo e vinte e duas que se conseguiu chegar a acordo. O processo foi avançando porque de acordo com a Declaração de Utilidade Pública que foi emitida com base num parecer técnico de uma perita que foi nomeada, nos termos daquilo que é a lista oficial do Código das Expropriações, e com base nessa avaliação, o município consignou em depósito a favor dos proprietários destas dez parcelas de terreno, com os valores que constavam no relatório inicial da perita avaliadora. ----------

- - O processo foi evoluindo, mais recentemente, o Colégio de Árbitros nomeado pelo Tribunal da Relação de Lisboa decidiu que, para além daquilo que seria os montantes que o município já tinha consignado em depósito, seria necessário atualizar o valor que constava do relatório inicial da perita avaliadora, e esse Colégio de Árbitros decidiram

que havia um reforço que o município teria que pagar no valor de duzentos e setenta e dois mil euros para as dez parcelas de terreno. ----------

- - Esta decisão chegou durante do mês de novembro, nesse mês a execução orçamental já é uma execução muito exigente, ou seja, já está muito executado e há pouco por executar e pouca margem para acomodar despesas extraordinárias não previstas e, por isso existe a necessidade de se fazer esta revisão que, no fundo, visa prever um aumento da receita em cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e oito euros.----------

- - Do lado da receita, para além o aumento da receita da derrama, que é superior àquilo que estava previsto no orçamento, também está previsto um aumento em mais duas receitas, uma tem a ver com um sinistro e com a indemnização das entidades seguradoras no valor de vinte e quatro mil euros, a outra receita no valor de noventa e nove mil, quinhentos e trinta e oito euros tem a ver com uma subvenção adicional do FSM - Fundo Social Municipal, que foi aprovado pelo Governo, e no caso do município de Arruda tem a haver noventa e nove mil quinhentos e trinta e oito euros, era algo que já não acontecia à três anos, mas isto ainda não era suficiente era preciso reforçar um pouco mais as disponibilidades orçamentais, por isso, foi negociado com a empresa Comporto, que é empreiteiro do Bairro João de Deus, para tentar fazer o pagamento faseado daquilo que ainda está por pagar nessa empreitada, ao abrigo do contrato adicional aprovado e que tem que ver com a passagem para plurianuais, neste caso para o ano seguinte de dois mil e vinte e três do montante de cerca de cento e treze mil euros. Assim, com este aumento da receita e com este ajustamento do lado da despesa em baixa passa a existir uma "almofada" que permite avançar-se com o pagamento adicional dos duzentos e setenta e dois mil euros determinados pelo Colégio de Árbitros, no âmbito da processo de expropriação por utilidade pública da variante rodoviária externa porque é um prazo perentório judicial que se tem que cumprir até ao próximo dia seis de dezembro, daí urgência e pertinência de se estar a deliberar hoje esta matéria de forma a se ter tempo de honrar essa obrigação legal para que o processo da variante não tenho nenhum constrangimento legal ao seu andamento.----------

- - No lado da despesa, aproveitou-se esta revisão para fazer uma despesa que era necessária, nomeadamente a aquisição do veículo, no valor de quinze mil euros, para o Serviço Municipal de Proteção Civil, uma vez que o veículo que existia nesse serviço sofreu um sinistro e ficou inoperacional. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO----------

- - "Em tempo quase que comecei a convencer-me que fazer alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano era proibido, mas afinal de contas não é. ----------

- - Temos hoje aqui bem o exemplo disso, ou seja, quando se fazem alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, não se pode nem se deve fazer um raciocínio

quantitativo, deve ser feito o raciocínio qualitativo. Isto quer dizer que se essa alteração tiver fundamento e for virtuosa, nada a obstar. ----------

- - Hoje temos aqui bem o exemplo dos imprevistos que eventualmente poderão vir a surgir no percurso e se o executivo quiser honrar a sua posição e quiser ser cumpridor tem que pagar, e para pagar tem que fazer alterações." ----------

Deliberação----------

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovara a 4.ª revisão ao Orçamento e 4.ª revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) para 2022. ----------

PONTO N.º 19 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O 3.º ADICIONAL DE TRABALHOS COMPLEMENTARES DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE 16 MORADIAS E EXECUÇÃO DE UM BLOCO HABITACIONAL COM 15 FOGOS NO BAIRRO JOÃO DE DEUS EM ARRUDA DOS VINHOS ----------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 28 de novembro ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

- - Foi deliberado, por maioria, com seis abstenções da bancada do PSD e da bancada do Chega, aprovar o pedido de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais para o 3.º adicional de trabalhos complementares da empreitada de requalificação de 16 moradias e execução de um bloco habitacional com 15 fogos no Bairro João de Deus em Arruda dos Vinhos ----------

- - Durante a votação deste ponto a Deputada Sara Gligó não se encontrava presente na sala.----------

PONTO N.º 20 - REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NO ÂMBITO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS--------

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 28 de novembro ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. ----------

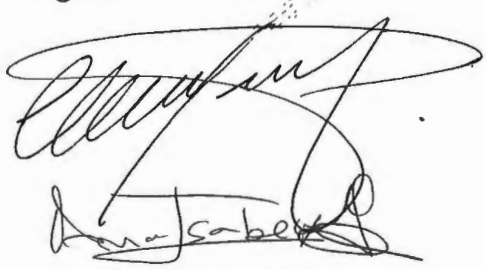
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento de benefícios fiscais no âmbito de impostos municipais do Município de Arruda dos Vinhos. ----------

PONTO N.º 21 - RENUNCIA DE MANDATO – DEPUTADO DO CHEGA --------

- - Presente e-mail do Deputado António Fonseca ----------

- - Não houve intervenções. ----------

Encerramento ----------

- - Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa, Catarina

Gertrudes Pulguinhas Gaspar e pela Assistente Técnica, Ana Isabel Amorim Mendes, que redigiu e subscreveu. ----------